



LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA NA ESCOLA INDÍGENA ESTADUAL TAPI'ITĀWA

MODERN FOREIGN LANGUAGE IN THE STATE INDIGENOUS SCHOOL TAPI'ITĀWA

DOI: <http://dx.doi.org/10.23926/rpd.v2i1.43>

Kárta Carlos de Souza Fell

Especialista em Educação do Campo.

Professora da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso (SEDUC-MT).

karitaenglishteacher@gmail.com

Resumo: Abordamos neste artigo a inserção da Língua Estrangeira Moderna (inglês ou espanhol) no currículo da Escola Indígena Estadual Tapi'itāwa com o objetivo de refletir sobre as implicações dentro da escola e na comunidade com o ensino de uma terceira língua. Para a pesquisa, de natureza qualitativa, utilizamos um roteiro de questões e filmagens com os interlocutores. Os estudos sociolinguísticos com enfoque no bilinguismo compõem o referencial teórico. As questões da pesquisa abrangem as concepções do povo Tapirapé sobre o que consideram língua estrangeira, quais as línguas estrangeiras usadas na comunidade Tapi'itāwa, como veem o ensino de uma outra língua além da língua materna e portuguesa no currículo da escola. Os resultados mostram que a língua tapirapé é a L1, a ser valorizada; a L2 é a língua portuguesa, necessária para as interações com os não índios. Uma Língua Estrangeira Moderna (LEM) é vista como língua estrangeira, sem uso comunicativo nas comunidades e um risco maior para a vitalidade da L1.

Palavras-chave: Escola indígena; língua tapirapé; língua portuguesa; língua estrangeira moderna; bilinguismo.

Abstract: We discuss in this article the insertion of the Modern Foreign Language (English or Spanish) in the curriculum of the Tapi'itāwa State Indigenous School with the purpose of reflecting on the implications within the school and in the community for teaching a third language. For the research, of qualitative nature, we use a script of questions and filming with the interlocutors. Sociolinguistic studies with a focus on bilingualism make up the theoretical framework. The research questions cover the conceptions of the Tapirapé people about what they consider a foreign language, which foreign languages are used in the Tapi'itāwa community, how they see the teaching of another language besides the mother tongue and Portuguese in the curriculum of the school. The results show that the tapirapé tongue is L1, to be valued; L2 is the Portuguese language, necessary for interactions with non-indians. An Modern Foreign Language (LEM) is seen as a foreign language with no communicative use in communities and a greater risk for the vitality of L1.

Key-words: Indigenous school; tapirapé language; portuguese language, modern foreign language, bilingualism.



INTRODUÇÃO

Neste artigo tratamos sobre questões linguísticas, especificamente, na comunidade indígena do povo Apyãwa (Tapirapé) que, no decorrer deste trabalho, ora serão chamados de Tapirapé, ora de Apyãwa.¹ Trata-se de uma comunidade que luta para manter sua língua materna viva ao mesmo tempo em que tem que lidar com a língua nacional (Português) e agora com uma terceira língua, ou seja, com uma Língua Estrangeira Moderna (LEM), com opção entre a língua inglesa ou espanhola.

A Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT), amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº. 9394/1996 estabelece que na matriz curricular das escolas estaduais (não indígenas e indígenas) conste uma Língua Estrangeira Moderna (inglês ou espanhol) a partir do 6º Ano do Ensino Fundamental ao 3º Ano do Ensino Médio.

Esta situação nos despertou a curiosidade de saber o que a comunidade escolar do povo Tapirapé pensa sobre o assunto, uma vez que já são trabalhadas duas línguas na escola, a língua materna (L1) e a língua portuguesa (L2). Desta forma, fomos ouvir a comunidade através de representações de vários segmentos da comunidade escolar, como: Liderança Geral do Povo Tapirapé (cacique), Lideranças Tradicionais (os mais velhos), Equipe Gestora da unidade: Diretor, Secretário, Coordenação Pedagógica e Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE), Professores de Línguas, Pais e Alunos.

Nossa pesquisa teve como objetivos refletir sobre a inserção da Língua Estrangeira Moderna na Escola Indígena Estadual Tapi'itãwa, sistematizar o que esse povo compreende por língua estrangeira, na concepção deles, quais as línguas estrangeiras são usadas na comunidade Tapi'itãwa, entender como veem o ensino de uma outra língua além da língua portuguesa no currículo da escola e refletir quais são as implicações dentro da escola e, principalmente, na comunidade com o ensino de uma outra língua (inglesa ou espanhola).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A autora que fundamentou as reflexões teóricas é Mello (1999), cujo livro, “O Falar Bilíngue”, contribuiu para o embasamento deste estudo. Suas reflexões pertencem à linha teórica da Sociolinguística com enfoque no bilinguismo.

O bilinguismo, atualmente, tem sido um fenômeno de estudo constante entre os linguistas, com perspectivas em várias esferas de pesquisa: “a social, a psicolinguística, a

¹ O nome Tapirapé é o termo usado pelos não-indíós para se referirem ao povo indígena que se autodenominam Apyãwa (TAPIRAPÉ, Nivaldo Korira'i, 2006).



educacional, a política, a econômica etc” (MELLO, 1999, p.17). De acordo com Paulston (1994 *apud* MELLO, 1999, p. 30), “a maioria das nações no mundo é multilíngue”. Entretanto, esse fenômeno tem sido motivo de especulações e indefinições, pois “o conceito de bilinguismo é complexo e difícil de ser definido, uma vez que são várias as abordagens e os critérios usados para caracterizar uma situação de bilinguismo” (MELLO, 1999, p. 30).

Nas últimas três décadas, tem havido uma reconceitualização do que é ser bilíngue. Neste novo conceito de bilinguismo, Grosjean (2010) propõe a redefinição do conceito de bilinguismo tendo como referencial o uso por um mesmo falante de duas línguas em diferentes situações comunicativas. Ou seja, o bilíngue passa a ser alguém que usa mais de uma língua para atingir objetivos comunicativos em diferentes contextos sociolinguísticos. Deste modo, o indivíduo bilíngue não necessita ser fluente numa outra língua, pois a aquisição do bilinguismo se dá em diferentes fases da vida.

Partindo desta nova conceitualização de bilinguismo e considerando que hoje não é mais possível falar-se em bilíngue perfeito, Amaral (2011) classifica o bilíngue em quatro categorias: bilíngue simultâneo (as duas línguas começam a ser adquiridas antes dos 3 anos de idade); bilíngue sequencial de primeira infância (a L2² começa a ser adquirida entre os 4 e os 6 anos, idade da pré-escola); bilíngue sequencial de segunda infância (a L2 começa a ser adquirida entre os 7 e os 12 anos - idade escolar antes do período crítico da aquisição) e bilíngue sequencial adulto (a L2 é adquirida após o período crítico - normalmente por volta dos 12 anos).

O bilinguismo pode ser social e individual, embora os mesmos estejam entrelaçados, como aponta Mello:

As pesquisas sobre o bilinguismo individual focalizam, principalmente, o uso das línguas pelo indivíduo (competência e desempenho, interferência interlínguas, graus de fluência etc.), enquanto as pesquisas sobre o bilinguismo na sociedade preocupam-se com as mudanças que ocorrem na língua de geração para geração (MELLO, 1999, p. 17).

Estes autores foram fundamentais para analisarmos a situação do bilinguismo entre os Tapirapé como veremos adiante.

METODOLOGIA DA PESQUISA

² L2 refere-se a aquisição de uma segunda língua por falantes que têm uma primeira língua desde o nascimento.



A pesquisa foi efetuada na Aldeia Tapi'itãwa, situada na Terra Indígena Urubu Branco, focalizando, sobretudo, a comunidade escolar. Dessa forma, as pessoas entrevistadas pertencem aos vários segmentos representativos da comunidade educativa: pais, docentes, gestores, alunos e funcionários, além das lideranças tradicionais do povo Apyãwa.

Para este trabalho, empregamos a pesquisa de natureza qualitativa. Segundo Bogdan e Bikle (*apud* LUDKE e ANDRÉ, 1986), são características da pesquisa qualitativa: a) a fonte de dados é o ambiente natural e o pesquisador é o principal instrumento da pesquisa. Ou seja, os fatos são estudados no ambiente em que eles ocorrem naturalmente, sem interferências intencionais do pesquisador; b) há uma predominância dos dados descritivos na coleta de dados. Os dados da realidade são todos considerados importantes; c) há maior preocupação com o processo do que com o produto; d) o pesquisador focaliza, de modo especial, o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida. Nesse sentido, o pesquisador busca captar a “perspectiva dos participantes”, isto é, a visão dos pesquisados sobre as questões apresentadas.

Utilizamos vários meios para coletar os dados apresentados como, pesquisa bibliográfica, observação participante e entrevistas, que foram filmadas com prévia autorização dos nossos colaboradores.

Dois auxiliares de pesquisa do povo Tapirapé colaboraram, um como intérprete do povo Apyãwa na tradução do roteiro das perguntas e o outro como câmera registrando as imagens das entrevistas realizadas com uma ou duas pessoas de cada segmento.

QUEM SÃO OS APYÃWA

Os Tapirapé, povo da família linguística Tupi-Guarani do tronco Tupi, falantes de língua Tapirapé (RODRIGUES, 1986, p. 39), se autodenominam Apyãwa (TAPIRAPÉ, Nivaldo Korira'i, 2006), vivem nos municípios de Confresa, Porto Alegre do Norte e Santa Terezinha localizadas no Estado de Mato Grosso, em duas áreas indígenas diferentes: a Área Indígena Tapirapé/Karajá e a Terra Indígena Urubu Branco, ambas demarcadas e homologadas pelo Governo Federal.

A primeira encontra-se situada na confluência do rio Tapirapé com o rio Araguaia, distante da cidade de Santa Terezinha cerca de 30 quilômetros, e a segunda está localizada na região da Serra do Urubu Branco distante, aproximadamente, 30 quilômetros da cidade de Confresa. A Área Indígena Tapirapé/Karajá conta com três aldeias – Majtyritãwa, Hawalora e Itxala. Já a Terra Indígena Urubu Branco conta com sete aldeias: Tapi'itãwa, Myryxitãwa, Akara'ytãwa, Tapiparanytãwa, Towajaatãwa, Wiriaotãwa e Inataotãwa. A última, criada



recentemente, está situada às margens do Rio Tapirapé no município de Porto Alegre do Norte - MT. São todos falantes de língua Tapirapé como primeira língua e a grande maioria é falante também de Português como segunda língua (PAULA, 2014).

A ESCOLA COMO SINÔNIMO DE LUTA PELA TERRA

O processo de escolarização do Povo Apyãwa emerge na década de 70 como sinônimo de luta pela terra. A escola surgiu com o apoio da Prelazia de São Félix do Araguaia – MT, vinte anos depois da chegada das Irmãzinhas de Jesus, as quais tiveram participação essencial no processo de criação da escola (PAULA, 2014).

Na ocasião de criação da unidade escolar, discutiram sobre os aspectos positivos e negativos que a escola poderia trazer à comunidade e/ou influenciá-la. Todavia, prevaleceu a ideia de que as lideranças indígenas precisavam saber se comunicar bem em Português para dialogar com os governantes a fim de resolverem as questões de demarcação das terras indígenas. Na perspectiva dos Tapirapé, a escola era entendida como:

Uma instituição que os ajudaria no domínio da língua da sociedade majoritária, sobretudo com o domínio da modalidade escrita dessa língua para que pudessem reivindicar a terra com mais segurança. A pressão socioeconômica e política para que soubessem interagir com os interlocutores em Português era muito forte e, nesse sentido, saber a língua da sociedade majoritária representava um instrumento de luta na defesa de seus direitos (PAULA, 2014, p. 39).

No início do processo de escolarização do povo Tapirapé, ainda não havia regulamentação própria para a Educação Escolar Indígena, o que só aconteceu a partir do ano de 1980. No entanto, o Povo Apyãwa já dava os primeiros passos rumo à uma Educação Escolar Indígena com qualidade. Ato pioneiro dos povos indígenas no Brasil, servindo de inspiração para outras comunidades (GORETE NETO, 2009).

Diante deste contexto em que o processo de escolarização e a luta pela terra se mesclavam, a necessidade do Português era premente, então a escola bilíngue “veio responder a um antigo anseio dos jovens que se preparavam para assumir a liderança do grupo; julgavam que, para fazer valer seus direitos, era necessário falar bem o Português, ler e escrever” (LEITE, in WAGLEY, 1988, p. 22).

Atualmente, o povo Tapirapé tem as duas escolas, a Escola Estadual Indígena “Tapirapé”, na Aldeia Majtyritãwa, localizada na Área Indígena Tapirapé/Karajá e a Escola Indígena Estadual Tapi’itãwa, localizada Terra Indígena Urubu Branco, na aldeia do mesmo nome, na qual se realizou a pesquisa. As duas escolas contam com Projeto Político-Pedagógico próprios. Os profissionais são em sua maioria, indígenas da própria etnia, Tapirapé, habilitados



em licenciaturas interculturais oferecidas pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) ou pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

O BILINGUISMO NA ALDEIA TAPI'ITÃWA E AS LÍNGUAS FALADAS PELO POVO TAPIRAPÉ

Considerando a noção de bilinguismo defendida por Mello (1999) e Grosjean (2010) e tendo como ponto de partida que “uma língua não é apenas um sistema de sons, um conjunto de unidades significativas dispostas em uma cadeia morfossintática” e que “é muito mais do que um instrumento de comunicação” (MELLO, 1999, p. 23), apresentamos as línguas faladas na Aldeia Tapi'itãwa e as situações de comunicação, as quais os falantes usam as línguas para diferentes propósitos, em diferentes situações e com diferentes pessoas.

O povo Apyãwa possui sua própria língua materna, a língua Tapirapé. Além dessa, falam também a língua portuguesa. Paula (2014), afirma que: “desde quando viviam na antiga Tapi'itãwa e começaram a ter contatos com não-indígenas e com a língua que estas pessoas falavam, o Português, iniciou-se o aprendizado desta língua”.

Em casamentos interétnicos há pessoas que entendem e falam mais de duas línguas. Trata-se das famílias Tapirapé que, em função de casamento com outras etnias (Karajá), são trilingues, pois, além da língua Tapirapé e portuguesa falam a língua Karajá. Há também uma minoria de casais Apyãwa e Kaiabi; Apyãwa e Javaé; Apyãwa e Avá-Canoeiro, além de estar começando a se formar casais entre indígenas e não indígenas e estão começando a se formar casais entre indígenas (TAPIRAPÉ, Nivaldo Korira'i).

Constatamos, através da observação participante, que a língua Apyãwa é soberana em relação a todas as demais línguas faladas na aldeia. Primeiro, mesmo nos casamentos interétnicos e pelo fato de os casais morarem na Terra Indígena Urubu Branco, a população Tapirapé, no que diz respeito à quantidade, prevalece sobre as demais. Segundo, os Apyãwa lutam com todas as forças para manter a língua materna viva utilizando-a na comunicação entre si, nas famílias, nas práticas educativas, nos trabalhos, nas cerimônias e rituais, na pescaria, caçada, nos estudos dos professores, nas instituições públicas presentes nas aldeias como escola e posto de saúde. Mesmo nos assuntos que envolvem a cultura não indígena ela é a língua preferida pelos Tapirapé.

Observamos que a aquisição da segunda língua acontece de forma sequencial (AMARAL, 2011) e isto é fundamental para o fortalecimento e valorização da língua materna. Já a língua portuguesa é utilizada somente para comunicação com as pessoas que não falam a língua Apyãwa. Nos termos de Mello (1999), a situação sociolinguística dos Apyãwa se



configura como bilinguismo social, pois todos os Tapirapés, com exceção das crianças, são considerados bilíngues com diferentes graus de domínio da segunda língua.

BASES LEGAIS QUE GARANTEM A ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

As Escolas Indígenas estão amparadas por uma legislação específica que lhes garante o direito de elaborarem um currículo próprio. Abordamos aqui as leis principais que asseguram este direito.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 231, afirma que:

São reconhecidas aos índios suas organizações sociais, costumes, língua, crenças e tradições e o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos seus bens (BRASIL, 1988, p.150).

Assim, as línguas indígenas devem ser respeitadas e o governo federal tem a obrigação de fazer respeitar todos os bens dos povos indígenas, incluindo a língua, o território, os costumes e as tradições. O Artigo 210 explicita que os indígenas têm o direito de usar as línguas maternas e seus processos próprios de aprendizagem durante a escolarização. Mais uma vez, é destacado o respeito às línguas indígenas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96, incluiu dois artigos que tratam especificamente da educação escolar indígena. O Artigo 78 reforça o uso das línguas indígenas e define o objetivo das escolas indígenas que devem promover a “recuperação de suas memórias históricas e a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciência” (BRASIL, 1996).

O Artigo 32 da LDBEN assim se refere: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (BRASIL, 1996). Aqui está bem definido que o bilinguismo que se pretende nas escolas indígenas prevê a participação da língua portuguesa e da língua indígena.

Duas Resoluções editadas pela Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), a Res. 03/99 e a Res. 05/12 reafirmam esses direitos, destacando a autonomia das escolas indígenas para elaborarem seus Projetos Políticos-Pedagógicos, em conjunto com as comunidades indígenas. O parágrafo 5º do Artigo 14 da Resolução 05/12 estabelece que:

Os projetos político-pedagógicos das escolas indígenas devem ser elaborados pelos professores indígenas em articulação com toda a comunidade educativa – lideranças, “os mais velhos”, pais, mães ou responsáveis pelo estudante, os próprios estudantes – , contando com assessoria dos sistemas de ensino e de suas instituições formadoras, das organizações indígenas e órgãos indigenistas do estado e da sociedade civil e



serem objeto de consulta livre, prévia e informada, para sua aprovação comunitária e reconhecimento junto aos sistemas de ensino (Resol. 05/12, CEB/CNE, 2012, p. 7).

Na Resolução 05/12, CEB/CNE, a questão do bilinguismo também é destacada no Art. 7º, § 1º:

Em todos os níveis e modalidades da Educação Escolar Indígena devem ser garantidos os princípios da igualdade social, da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade, contando preferencialmente com professores e gestores das escolas indígenas, membros da respectiva comunidade indígena (Resol. 05/12, CEB/CNE, 2012, p. 4).

As Diretrizes Curriculares Nacionais, editadas pelo Ministério da Educação (MEC) em 2013, contém um capítulo sobre a Educação Escolar Indígena, que afirma:

Neste sentido, destaca-se a recomendação para que os projetos educativos reconheçam a autonomia pedagógica das escolas e dos povos ao contemplar os conhecimentos e modos indígenas de ensinar, o uso das línguas indígenas, a participação dos sábios indígenas independente da escolaridade, a participação das comunidades valorizando os saberes, a oralidade e a história de cada povo, em diálogo com os demais saberes produzidos por outras sociedades humanas (MEC, 2013, p. 364).

Constatamos, que dois importantes documentos emitidos pelo MEC e pelo CNE, com validade em todo o território nacional, consideram a autonomia das escolas indígenas na proposição dos Projetos Políticos-Pedagógicos, destacando sempre a presença das línguas indígenas, os saberes, a oralidade e a história de cada povo. Não é negado o acesso a outros saberes e outros conhecimentos produzidos por outros povos, mas essa interação deve ser feita de forma dialógica, isto é, sem imposição.

As Orientações Curriculares para a Educação Escolar Indígena emitidas pela SEDUC/MT em 2013, ao definirem que o ensino se dará por áreas de conhecimentos, propõem que a área de linguagens abrangerá “conteúdos relacionados com a língua portuguesa e língua materna, língua estrangeira (optativa), artes e educação física” (MATO GROSSO, 2013, p. 29).

A Resolução nº 201/04 do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (CEE/MT) trata especificamente sobre educação escolar indígena. Esta Resolução incorpora os preceitos estabelecidos na legislação nacional, reafirmando o direito que as Escolas Indígenas possuem de elaborar seus próprios Projetos Políticos-Pedagógicos, “respeitando a realidade sociolinguística” de cada povo (Artigo 6º).

Desta forma, há uma legislação que ampara as Escolas Indígenas no sentido de sua autonomia para elaborar o Projeto Político-Pedagógico baseado na valorização da língua materna e dos conhecimentos étnicos. Essa legislação assegura o bilinguismo entendido como o uso das línguas maternas e da língua portuguesa, não sendo citado em nenhum momento a



introdução de uma Língua Estrangeira Moderna no currículo das escolas indígenas. As próprias Orientações Curriculares emitidas pela Secretaria Estadual de Educação consideram a língua estrangeira como optativa para as escolas indígenas.

Percebemos então uma enorme contradição entre o que está garantido em todas as Leis para a Educação Escolar Indígena e o que é exigido na prática. Por exemplo, se a Matriz Curricular de uma escola indígena não tiver inclusa a LEM, a equipe de tramitação das matrizes da SEDUC não aprova a Matriz, o que acarreta a impossibilidade de efetivar as matrículas e, conseqüentemente, a atribuição dos professores. Isto significa que todo o funcionamento da Unidade Escolar será prejudicado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção apresentamos excertos das entrevistas gravadas e filmadas com os interlocutores da pesquisa. Selecionamos trechos que se referem às percepções sobre a língua materna, língua portuguesa e Língua Estrangeira Moderna.

8.1 *Concepções a respeito da língua tapirapé, L1*

A Escola tem que trabalhar é assim, de está, primeiro a nossa língua, é, alfabetizar as crianças na língua materna (...). A comunidade sempre exige que os professores valorizem mais a língua Tapirapé. (Xario'i Carlos Tapirapé, Cacique Geral do povo Apyãwa. Entrevista 01/2014).

A nossa própria língua, a gente tem que procurar trabalhar a nossa língua e a gente tem que buscar uma maneira de sustentar a nossa língua, sim. (Gílson Ipaxi'awyga Tapirapé, Coordenador Pedagógico e Presidente do CDCE - Biênio 2014/2015. Entrevista 02/2014).

Eu acho importante mais é a língua materna, valorizar mais a língua materna (...). (Josimar Xawapare'ymi Tapirapé, Professor Especialista da Área de Linguagens. Entrevista 03/2014).

A meu ver, seria [melhor] as crianças aprenderem a nossa língua, nossa língua materna mesmo, sabe porquê? Porque assim, a meu ver, é assim que os brancos estão acabando com nós. Tem branco que fala: porque acabam seus costumes? Como que acaba? Porque muitos, muitos brancos são contra os costumes indígenas mesmo! (Xywaeri José Pio, liderança tradicional. Entrevista 06/2014).

A minha é a primeira língua (...) porque a nossa já é uma língua. (Taparawytyga Vanete Tapirapé, professora do Ensino Médio e mãe de aluno. Entrevista 10/2014).

A gente não pode falar na língua portuguesa com meu irmão, já que tem a minha língua, o meu irmão pode entender a nossa língua materna e não pode entender a língua portuguesa, isso. (Demilson Makarore Tapirapé, Acadêmico de Licenciatura Intercultural e secretário da Escola Indígena Estadual Tapi'itãwa. Entrevista 12/2014).



As concepções expressas pelos entrevistados mostram claramente que a língua materna é entendida como a primeira língua e que esta língua deve ser valorizada e ser fortalecida. A Escola cumpre um importante papel, inclusive na revitalização da língua, recuperando palavras que já não eram mais usadas ou criando outras para nomear objetos introduzidos depois do contato com a sociedade não indígena. O senhor Xywaeri José Pio, líder tradicional, expressa também de modo contundente que extinguir a língua indígena pode ser um mecanismo de pôr fim aos povos indígenas.

Os entrevistados ainda expressam uma outra regra social de uso da língua, isto é, entre eles, entre os Apyãwa só se deve falar em língua tapirapé, sendo citado inclusive o problema da não compreensão se um deles falar em Português com um Apyãwa que não domine bem a língua portuguesa.

Considerando as concepções expressas nos enunciados acima, constatamos que, a língua tapirapé é a mais prestigiada entre este povo. A escola cumpre papel relevante na manutenção da língua e a comunidade é mais uma aliada nesse processo de fortalecimento.³

8.2 Concepções a respeito da língua Portuguesa, a L2

A língua portuguesa para nós já é uma língua estrangeira (...) A língua estrangeira que a gente utilizamos aqui dentro da aldeia Tapi'itãwa é a língua portuguesa (...) Sempre a língua estrangeira [utilizada] pelo povo Apyãwa é Português. (Xario'i Carlos Tapirapé, Cacique geral do povo Tapirapé. Entrevista 01/2014).

A língua portuguesa já não é mais estrangeira, porque a gente já utilizamos, até mesmo dentro das aldeias, é na medida do possível, porque tem pessoas que não entende o Tapirapé né, então o Português já é quase a nossa língua também, bem conhecido. (Gilson Ipaxi'awyga Tapirapé, Coordenador Pedagógico e Presidente do CDCE - Biênio 2014/2015. Entrevista 02/2014).

A gente usa mais aqui na comunidade a língua portuguesa (...) a gente conhece mais a língua portuguesa aqui, que é mais conhecida pela comunidade. Trabalhar outra língua [além da materna e portuguesa], eu vejo né, que a língua portuguesa para nós já encontra dificuldade né, trabalhar na escola com outra [língua] acho que é mais uma dificuldade. (Josimar Xawapare'ymi Tapirapé, Professor de Línguas, Artes e Literatura. Entrevista 03/2014).

Eu acho que a língua estrangeira assim, falada aqui mesmo, né, primeiramente seria a língua portuguesa (...) a gente utiliza, assim, falando com outras pessoas. Primeira língua estrangeira seria língua portuguesa para mim (...). (Kamoriwa'i Elber Tapirapé, Professor Mais Educação. Entrevista 04/2014).

Falamos na língua portuguesa e não todo dia, mas influencia na nossa língua, porque quando nós falamos, é, mistura muito a nossa língua, só por causa que nós quer falar

³ Comunicação pessoal do senhor Josimar Xawapare'ymi Tapirapé (2014).



rápido e, por isso, nós termina usando a palavra portuguesa, no diálogo e na conversa. (Koxawiri Tapirapé, diretora da Escola Indígena Estadual Tapi'itãwa. Entrevista 05/2014).

Escola é muito bom para nós, foi muito bom, porque a gente quando lutou para criar a escola, nós não sabia se vai complicar, vai perder a língua, se vai perder costume, assim por acaso festa que a gente faz aqui, que pessoa não participa né, difícil participar, a gente não via essa parte, nós via assim né, é pra eles estudar e falar bem Português e lutar. (Xywaeri José Pio, liderança tradicional. Entrevista 06/2014). Melhor o Português para nós, porque nós usa mais a língua portuguesa (...) eu acho que Português pra nós é importante, para nós, para nossos filhos aprender é o Português mesmo. (Xawye'yma Benilto Tapirapé, pai de aluno. Entrevista 08/2014).

É a língua portuguesa que gente mais utiliza no dia a dia, ela se trata mais da língua estrangeira para nós aqui na aldeia. (Arakae Tapirapé, professor e pai de aluno. Entrevista 09/2014).

Língua estrangeira eu considero a língua portuguesa que vem de fora para conviver com o povo (...) é uma língua que está influenciando muito a nossa língua. Ela é utilizada mais na comunicação com outro povo [indígena] e com *maíra*⁴ também (...) A língua portuguesa, é uma [língua] que está ocupando a palavra indígena né, que está sendo usada no dia a dia, dentro da fala da pessoa (...) eu acho que as crianças pensam que estão enfeitando a língua [materna] usando a palavra que eles conhecem [na outra língua], acho que no entender deles, pensam que estão falando bem, só pra enfeitar a fala deles (...) só para colorir a fala. (Taparawytyga Vanete Tapirapé, professora e mãe de aluno. Entrevista 10/2014).

O Português para mim é a língua estrangeira e também de outros povos [indígenas], que a gente não entende a língua deles. A língua portuguesa está interferindo [na nossa língua] e a língua dos Karajá também. (Xawapa'i Tapirapé, aluno do Ensino Médio. Entrevista 11/2014).

O Português para nós é a primeira língua estrangeira (...) a gente utiliza a língua portuguesa quando a gente fala com o não indígena na aldeia ou na cidade, para usar a língua portuguesa com outra pessoa da mesma etnia a gente não pode falar já que tem a minha língua, o meu irmão pode entender a nossa língua materna. (Demilson Makarore Tapirapé, Acadêmico de Licenciatura Intercultural e secretário da Escola Indígena Estadual Tapi'itãwa. Entrevista 12/2014).

É possível constatar que a língua portuguesa é considerada, para vários entrevistados, uma língua estrangeira. No entanto, um dos entrevistados expressa claramente que “a língua portuguesa já não é mais estrangeira, porque a gente já utilizamos”. Esta afirmação refere-se ao uso intensivo da segunda língua que ocorrem nas interações quase que diárias com falantes de Português que chegam às aldeias do povo Apyãwa.

A língua portuguesa para os Tapirapé não é uma língua desconhecida como evidenciado nos excertos acima, é utilizada frequentemente de acordo com o contexto em que os sujeitos bilíngues se deparam. Esses contextos, na maioria das vezes, são ocasionados a partir do contato entre indígenas e não indígenas e até mesmo com outros povos indígenas, os quais utilizam a LP para se comunicarem. A língua portuguesa, atualmente, faz parte da vida e da necessidade

⁴ *Maíra* é a palavra na língua Tapirapé que corresponde à palavra “branco” na língua portuguesa.



de uso dos Tapirapé em situações diversas, caracterizando-se como língua majoritária, isto é, aquela que se apresenta em posição dominante e tem poder e prestígio perante a língua indígena.

Na década de 70, quando os Apyãwa solicitaram a implantação da escola, argumentavam a necessidade de aprender e falar bem o Português para lutar pela terra. Entretanto, hoje, já não é mais essa visão que os Tapirapé têm sobre a língua portuguesa. Visualizam a LP como uma língua que está interferindo consideravelmente no uso correto da língua materna.

Durante a nossa convivência com o povo Tapirapé e na trajetória da pesquisa (técnica da observação participante), pudemos presenciar em algumas reuniões na Escola Indígena Estadual Tapi'itãwa que, quando no uso da fala, vários professores misturavam a língua materna com a LP. Indagados a respeito, informaram que, geralmente, isto ocorre devido ao fato de algumas palavras que julgam necessárias para a comunicação não terem ainda correspondente em Tapirapé; ou por considerá-las palavras “bonitas”, bem como mais facilidade e agilidade para falarem.

Assim, ao olhar do povo Tapirapé e do nosso, vemos essa ocorrência, ou seja, a utilização de vocábulos em Língua Portuguesa como um ponto negativo para a comunidade que tanto luta para manter sua língua materna viva, pois podem, mesmo que vagarosamente, estar enfraquecendo a língua-mãe. Consideramos, pois como de extrema necessidade o fortalecimento dos projetos de conservação da língua materna, uma vez que, sua manutenção é questão de afirmação da identidade étnica.

8.3 Concepções a respeito da LEM (*Língua Estrangeira Moderna*)

A língua estrangeira [moderna], é uma língua que para nós Apyãwa, é uma terceira língua (...). A gente está sempre lutando de trazer uma pessoa que ensina, é a língua inglês ou espanhol (...). A gente precisa de aprender a língua espanhol e inglês para que a gente possa assumir futuramente (...). A gente precisa ter conhecimento dessas línguas, espanhol e inglês, é uma língua, muito, é importante. (Xario'i Carlos Tapirapé, Cacique geral do povo Tapirapé. Entrevista 01/2014).

Língua estrangeira é uma [língua] que é desconhecida na comunidade (...) por exemplo, o inglês, a língua espanhola, francês, por exemplo, e outras. Seria uma nova cultura dentro da nossa aldeia (...). Pensando na profissionalização, o crescimento no mundo atual, a língua inglesa seria uma língua que possa nos atender em várias situações (...) principalmente na internet a gente tem linguagem desconhecida, principalmente escrita em inglês né. (Gilson Ipaxi'awyga Tapirapé, Coordenador Pedagógico e Presidente do CDCE - Biênio 2014/2015. Entrevista 02/2014).

A língua estrangeira para mim é uma língua desconhecida (...) uma outra língua que a gente não conhece muito. (Josimar Xawapare'ymi Tapirapé, Professor de Línguas, Artes e Literatura. Entrevista 03/2014).



Língua estrangeira para mim, é uma língua que é falada pelo outro povo, outro povo de outro país (...) eu entendo que é desta maneira, não é do meu povo. (Kamoriwa'i Elber Tapirapé, Professor Mais Educação. Entrevista 04/2014).

Língua estrangeira para mim a gente não pratica no dia a dia, porque não é a nossa língua (...) Se nós quer colocar uma língua estrangeira moderna, para mim seria uma língua indígena mesmo, e para nós seria como língua estrangeira porque a gente não entende a língua de outra comunidade, então para mim seria dessa forma. (Koxawiri Tapirapé, diretora da Escola Indígena Estadual Tapi'itãwa. Entrevista 05/2014).

Eu sei o seguinte né, porque a palavra do branco é outra língua né, não é nossa língua, então assim, é, língua do estrangeiro (...) porque não é índio né, não é Apyãwa, então é outra língua (...). As crianças hoje tem que estudar para se defender amanhã (...) É eu acho que, eu acho que acaba, termina acabando a nossa língua né, o nosso costume, é porque vai acabar mesmo, a gente está vendo que não vai ter jeito não, tem que, tem que aprender para se defender mais tarde, no meu ver é assim. (Xywaeri José Pio, liderança tradicional. Entrevista 06/2014).

Língua estrangeira é diferente um pouco [da língua] do branco, fica no outro país né (...). (Kaorewygi Tapirapé, liderança tradicional. Entrevista 07/2014).

Acho que se entrar né, a língua estrangeira, três, aí a meninada, os alunos dentro da Tapi'itãwa, fica mais, mais complicado, porque vai, vai, vai complicar todinho (...) já tem duas línguas, aí vai complicar. (Xawye'yma Benilto Tapirapé, pai de aluno. Entrevista 08/2014).

Hoje em dia é um tempo moderno, então tem que se preocupar mais com a tecnologia que é mais avançada, isso a gente precisa também, é conhecer a língua estrangeira, a gente se refere mais a isso por causa dos computadores, a gente tem que saber isso, compreender né (...) não a gente utiliza dentro da comunidade, a gente pensa mais na sociedade [lá fora]. (Arakae Tapirapé, professor e pai de aluno. Entrevista 09/2014).

A língua [estrangeira moderna], terceira língua para mim, tem uma parte que é importante, a gente pensa isso, uma parte boa, mas tem o contrário da coisa boa também, porque nós que estudamos né, pessoa que estuda acha importante também, porque hoje a tecnologia é bem avançada na língua estrangeira, então nós que somos estudiosos precisamos entender a língua estrangeira. Nós que somos juventude [achamos] importante para nós, ao contrário dos mais velhos né, já não é uma vantagem para eles. (Taparawytyga Vanete Tapirapé, professora e mãe de aluno. Entrevista 10/2014).

Estudar uma terceira língua vai prejudicar ainda mais a nossa língua, a gente poderá até perder a nossa língua. (Xawapa'i Tapirapé, aluno do Ensino Médio. Entrevista 11/2014).

Língua estrangeira é uma língua lá de outro país (...) é difícil, traz muita dificuldade para nós aprender, já é uma terceira língua para nós (...) Eu acho que a SEDUC exagera de mais colocar língua estrangeira [moderna] na escola indígena, porque hoje nós temos a luta contra as coisas que estão entrando aqui na comunidade da sociedade não indígena, se a gente aceitar a proposta da SEDUC eu acho que isso complicaria



ainda mais a nossa comunidade, estou me referindo a isso porque estou cursando ensino superior na UFG e a gente estuda lá língua estrangeira, inglês, é muito difícil, eu fico igual criancinha para aprender o inglês, é muito difícil, difícil. (Demilson Makarore Tapirapé, Acadêmico de Licenciatura Intercultural e secretário da Escola Indígena Estadual Tapi'itãwa. Entrevista 12/2014).

As concepções a respeito da LEM apresentam-se de maneira contraditória. Para vários entrevistados, o conceito de língua estrangeira expressa a língua de um outro país, situado longe do nosso. Entretanto, um líder tradicional entrevistado (f) expressa o conceito de língua estrangeira como a palavra do branco, que é outra língua, não é língua Apyãwa. Para ele, é língua estrangeira, pois branco não é índio, e não sendo índio, utiliza outra língua. Vários entrevistados, sobretudo os pais e as lideranças tradicionais, se referem ao perigo que a introdução de uma terceira língua representaria para a comunidade. Esta ameaça seria duplicada com a introdução de mais uma língua, uma terceira língua que não é uma língua indígena.

Entretanto, alguns dos entrevistados - e ressaltamos que todos estes passaram pela universidade -, destacam que o uso de uma terceira língua seria bom por causa das novas tecnologias que, atualmente, chegam até às aldeias. Já outros acreditam ser importante estudar uma língua estrangeira para que futuramente os próprios professores indígenas assumam as aulas de Língua Estrangeira Moderna. Fica evidenciado também que há falta de profissional habilitado para assumir as aulas de LEM na unidade escolar.

Destacamos, contudo, que dois acadêmicos sugerem outros caminhos possíveis numa escola indígena, graças ao amparo legal que assegura uma educação escolar indígena específica e diferenciada. Propõem que outra língua indígena seja estudada nas escolas indígenas, uma vez que eles têm contatos com povos de outras etnias, isto é, a terceira língua adquiriria um uso social para eles, ao invés do inglês ou espanhol que dificilmente teria situações de uso no cotidiano das aldeias. O último entrevistado comenta o exagero da SEDUC ao exigir a introdução de uma LEM nas matrizes curriculares das escolas indígenas, citando a própria condições dele, enquanto acadêmico, de sentir-se como uma criancinha nas aulas de inglês que frequenta na Universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Escolar Indígena, conta com respaldo na Constituição Federal de 1988 e na LDB de 1996, além de outros documentos emitidos pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e até mesmo pelo governo Estadual, que garantem aos povos indígenas



o direito de estabelecerem currículos escolares de acordo com suas especificidades socioculturais.

Entretanto, constatamos que a comunidade Apyãwa luta para que o currículo elaborado por eles seja reconhecido pelo Estado de Mato Grosso. A exigência da inserção de uma LEM na Matriz Curricular é um exemplo que demonstra as barreiras que impedem a implementação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Indígena Estadual Tapi'itãwa.

Sendo assim, vemos como necessário que o sistema educacional estadual considere firmemente a grande diversidade cultural e étnica dos povos indígenas. Para isso, seria necessário rever seus instrumentos jurídicos e burocráticos visto que estes são criados para uma sociedade quase sempre representada como homogênea, excluindo a diversidade.

É preciso que, neste contexto de exigência de uma Língua Estrangeira Moderna no currículo das escolas indígenas, a Secretaria Estadual de Educação ouça a comunidade indígena Tapirapé a fim de saber se os indígenas dessa etnia querem ou não uma LEM no currículo de suas escolas, visto que possuem direito a uma Educação Escolar Indígena específica e diferenciada.

Na comunidade educativa do povo Apyãwa da aldeia Tapi'itãwa, é bem claro que há uma política linguística de iniciativa do próprio povo que se empenha no fortalecimento da língua materna, diante dos riscos para a vida da língua materna que percebem diante da posição privilegiada em que a língua portuguesa surge como língua da sociedade majoritária. O estudo do Português é entendido como um meio de defesa da própria sociedade frente aos riscos que o contato tem trazido, mas o aprendizado da L2 não pode deslocar a L1.

Em relação à introdução de uma outra língua, a Língua Estrangeira Moderna, alguns entrevistados destacaram que o domínio do inglês ou espanhol (línguas consideradas optativas pelas próprias Orientações Curriculares para a Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso) seria interessante para o uso de novas tecnologias. Porém, as lideranças tradicionais, o aluno entrevistado e os pais expressaram o temor que a introdução de uma terceira língua, via escola, represente um risco ainda maior para o desaparecimento da língua materna.

Os depoimentos dos entrevistados revelam uma situação contraditória entre as exigências da SEDUC em relação à introdução de uma LEM nas escolas indígenas e o que é garantido legalmente às escolas indígenas, ou seja, o direito de propor uma Matriz Curricular específica e adequada aos contextos sociolinguísticos e culturais em que as escolas indígenas se situam.



REFERÊNCIAS

AMARAL, Luiz. Bilinguismo, aquisição, letramento e o ensino de múltiplas línguas em escolas indígenas no Brasil. In **Cadernos de Educação Escolar Indígena**. Vol.9 (1), pp. 13-32. Cárceres: Editora UNEMAT, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilad.htm >. Acesso em: 24 nov 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Lei no 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >. Acesso em: 24 Nov 2014.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CEB n. 3, de 10 de novembro de 1999**. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de abril de 1999. Seção 1, p. 18. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13203%3Aresolucao-ceb-1999&catid=323%3Aorgaos-vinculados&Itemid=86 >. Acesso em: 24 nov.2014.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CEB n. 5, de 22 de junho de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de junho de 2012. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866 >. Acesso em: 24 nov 2014.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Resolução CEE/MT nº 201, de 13 de julho de 2004**. Disponível em: < <http://www.sinepe-mt.org.br/bataru/pdf-resolucoes/resolucao-201-04.pdf> >. Acesso em: 24 nov. 2014.

GORETE NETO, Maria. **As representações dos Tapirapé sobre sua escola e as línguas faladas na aldeia: implicações para a formação de professores**. 2009. 223 f. Tese de doutorado -- Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas.

GROSJEAN, F. **Bilingual: Life and Reality**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. São Paulo, EPU, 1986.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Orientações Curriculares: Educação Escolar Indígena**. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá, 2013.

MELLO, Heloísa Augusta Brito de. **O falar bilíngue**. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

PAULA, Eunice Dias de. **A Língua dos Apyãwa – Tapirapé - na perspectiva da Etnossintaxe**. Campinas: Editora Curt Nimuendaju, 2014.



TAPIRAPÉ, Nivaldo Korira'i. et al. **Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena Estadual Tapi'itãwa**. 2014. 207 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Especialização em Educação Intercultural e Transdisciplinar: Gestão Pedagógica. Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

TAPIRAPÉ, Nivaldo Korira'i. **Ka'o: Festa do Canto dos Pássaros**. 2006. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Ciências Sociais. Universidade do Estado de Mato Grosso, Caceres.

RODRIGUES, Aryon. **Línguas brasileiras** – para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

WAGLEY, C. **Lágrimas de Boas Vindas** – Os Índios Tapirapé do Brasil Central. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.